



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO Nº 205000000623410

MANIFESTAÇÃO DA AUTORIDADE FAZENDÁRIA Nº 205000001598338

AUTORIDADE CONCEDENTE

<b>CARGO:</b>	DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
<b>NOME:</b>	FRANCISCO DE ASSIS MARTINS
<b>MATRÍCULA:</b>	2098369

IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

NOME	IDENTIFICAÇÃO	INÍCIO	FIM
WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S/A	07.175.725/0010-50	03/03/2020	-

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

<b>INSCRIÇÃO:</b>	25.508.393-9
<b>CNPJ/CPF:</b>	07.175.725/0010-50
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S/A
<b>MUNICÍPIO:</b>	JARAGUÁ DO SUL

PARECER DA AUTORIDADE

ICMS - TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO. OUTRAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS NÃO CLASSIFICADAS. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS. **CODIGO S@T 999.**

**AUTORIZAÇÃO:** proceder à operação de montagem industrial para AEROGERADORES e GERADORES FOTOVOLTAICOS e suspensão do ICMS nas remessas das matérias-primas e produtos intermediários destinados a industrialização fora do estabelecimento (no local da utilização do produto).

DEFERIMENTO

I - Da solicitação:

A requerente WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A., inscrição estadual 255.083.939, cnpj n.º 07.175.725/0010-50, através do processo SEF 1247/2020, solicita no pedido de TTD o Tratamento Tributário Diferenciado n.º 201900001664573, o benefício S@T 999 e OUTRAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS NÃO CLASSIFICADAS - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.

O disciplinamento encontra amparo na base legal do art. 1º do Anexo 6 e art. 34 do Anexo 5, ambos do RICMS/SC, tendo em vista que sua concessão é de suma importância para a empresa pois esta contribui no desenvolvimento e crescimento dentro do Estado, gerando empregos e riquezas.

Salienta que a competitividade do mercado exige que a WEG mantenha a alta eficiência em todos os processos, bem como não tenha custos relacionados com eventuais créditos de impostos que geram aumento do custo financeiro;

Ser alternativa para investir em empresas situadas neste Estado, em regiões a serem desenvolvidas.

Por fim, a intenção da empresa é de investir cada vez mais e fortalecer os negócios no Estado de Santa Catarina.

Desta forma espera retorno positivo ao pleito, visando sempre o crescimento mútuo, entre o Estado e Contribuinte.

Diante de todo o exposto REQUER:

Regime especial para proceder com a operação de montagem industrial, em consonância com o Regulamento do IPI, sendo:

Suspensão do ICMS nas remessas das matérias-primas e produtos intermediários destinados a industrialização fora do estabelecimento (no local da utilização do produto).

Fato gerador do ICMS no momento em que a operação industrial estiver concluída.

II - Da análise do pedido:

A requerente é empresa com enquadramento fiscal normal e tipo de contribuinte INDUSTRIAL, sendo seu regime de apuração do ICMS normal e está credenciada a emitir Nota Fiscal Eletrônica (Modelo 55) conforme sua Ficha Cadastral na SEFAZ/SC.

Na descrição de seu pedido elenca os seguintes procedimentos objeto de pedido do Regime Especial em função da operacionalização, ou seja, proceder com a operação de MONTAGEM INDUSTRIAL PARA AEROGERADORES E GERADORES FOTOVOLTAICOS, segundo consonância e guarida da Legislação do IPI de competência tributária Federal:

Para tanto:

O produto final é isento ou não tributado pelo ICMS;

Possuir ciclo longo de fabricação;

A cada etapa finalizada da produção é necessário o envio/remessa de suas partes e peças para o local da obra;

A montagem do produto final é realizada fora do estabelecimento do produtor e/ou no local de instalação do produto.

AEROGERADOR e o GERADOR FOTOVOLTAICO são produtos isentos do ICMS conforme inciso XXXVIII *¿* art. 2º - do Anexo 2 *¿* RICMS/SC.

Descreve que a operação fiscal específica que ampara a remessa parcelada e antecipada das partes e peças em operações cuja fabricação e montagem seja exigida fora do estabelecimento industrial, ou seja, entende que não é possível aplicação na norma tributária constante da regra dos artigos 41 e 42 do Anexo 6, bem como art. 32, parágrafo único do Anexo 5, ambos do RICMS/SC e CONSULTA COPAT/SC *¿* 59/2004.

As operações fiscais tanto para o AEROGERADOR E GERADOR FOTOVOLTAICO, assim serão realizadas:

1 -No fornecimento a requerente emitirá contra o cliente final, nota fiscal de simples faturamento decorrente de venda para entrega futura CFOP 5.922/6.922, com incidência do IPI, quando devido, mencionando na nota fiscal que a mercadoria será transportada em partes e peças, em função do porte e das dimensões, para montagem industrial no próprio local de utilização;

2 *¿* Serão emitidas notas fiscais de remessa, tantas quantas forem necessárias para montagem industrial *¿* CFOP 5.949/6.949, com suspensão do ICMS, contra o cliente final, para transportar e entregar os componentes dos produtos;

3 - Na conclusão da entrega dos componentes de produção, montagem e instalação em campo será emitida nota fiscal de venda de produção do estabelecimento originada de encomenda para entrega futura *¿* CFOP 5.116/6.116 com isenção do ICMS e incidência dos tributos federais PIS/COFINS, quando devidos.

III *¿* Da Legislação Tributária aplicável ao pedido TTD:

## **ANEXO 6 DOS REGIMES E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS**

### **TÍTULO I DOS REGIMES ESPECIAIS**

#### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Convênio AE-09/72, ICM 17/80 e 01/94)**

**Art. 1º** Nos casos em que as peculiaridades da organização do contribuinte possam suprir plenamente as exigências fiscais e nos casos em que a modalidade das operações realizadas impossibilite o cumprimento de obrigação tributária acessória, poder-se-á adotar regime especial que concilie os interesses do fisco com os do contribuinte.

§ 1º O regime especial poderá versar sobre:

I - disposições relativas a obrigações acessórias previstas na legislação;

II - situações específicas previstas expressamente neste regulamento.

§ 2º Os regimes especiais serão concedidos:

III *¿* pelo Diretor de Administração Tributária ou pelo Secretário de Estado da Fazenda, nos demais casos.

**Art. 2º** A concessão de regime especial não dispensa o cumprimento das demais obrigações, principal e acessórias, previstas na legislação.

**Art. 3º** Salvo disposição expressa na legislação ou no ato concessório, o regime especial terá vigência por prazo indeterminado

**Art. 4º** O Diretor de Administração Tributária poderá dispensar a emissão de documentos fiscais:

I - em relação à saída de produtos não tributados, desde que o interessado comprove que idêntica dispensa foi concedida pelo fisco federal;

II - em casos especiais, em relação às operações internas efetuadas por estabelecimento não-contribuinte do IPI.

### **TÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS**

#### **CAPÍTULO III DA VENDA À ORDEM OU PARA ENTREGA FUTURA**

**Art. 41.** Nas vendas à ordem ou para entrega futura, poderá ser emitida Nota Fiscal, [modelo 1 ou 1-A](#), para simples faturamento, com lançamento do IPI, vedado o destaque do ICMS (Ajuste SINIEF [01/87](#)).

**Art. 42.** No caso de venda para entrega futura, por ocasião da efetiva saída global ou parcial das mercadorias, o vendedor emitirá Nota Fiscal, [modelo 1 ou 1-A](#), em nome do adquirente, com destaque do ICMS, quando devido, indicando, além dos demais requisitos exigidos, as seguintes indicações:

I - como natureza da operação, *¿*Remessa - entrega futura*¿*;

II - o número, a data e o valor original da operação da Nota Fiscal relativa ao simples faturamento;

III - o valor atualizado da base de cálculo.

## **RICMS/SC-01 - ANEXO 05 - Obrigações Acessórias**

### **TÍTULO II DOS DOCUMENTOS FISCAIS**

#### **CAPÍTULO II DOS DOCUMENTOS RELATIVOS A OPERAÇÕES COM MERCADORIAS**

##### **Seção I Da Nota Fiscal Modelo 1 ou 1-A**

##### **Subseção I Das Disposições Gerais**

**Art. 32.** Os estabelecimentos inscritos no CCICMS emitirão Nota Fiscal:

Parágrafo único. Na hipótese de mercadoria cuja unidade não possa ser transportada de uma só vez, deverá ser emitida Nota Fiscal:

I - relativa ao todo, com destaque do ICMS, na qual deverá constar que a remessa será feita em peças ou partes;

II - relativa a cada remessa, sem destaque do imposto, mencionando-se o número, a série e a data do documento fiscal referido no inciso I.

**Art. 34.** Fora dos casos previstos na legislação do IPI e do ICMS, é vedada a emissão de Nota Fiscal que não corresponda a uma efetiva saída de mercadoria.

**ANEXO 2**  
**BENEFÍCIOS FISCAIS**

**CAPÍTULO I**  
**DAS ISENÇÕES**

**Art. 2º** São isentas as seguintes operações internas e interestaduais:

XXXVIII e, até 31 de dezembro de 2021, a saída dos produtos relacionados no Anexo 1, [Seção XIII](#), destinados ao aproveitamento das energias solar e eólica, observado o seguinte (Convênios ICMS [101/97](#), [23/98](#), [05/99](#), [07/00](#), [61/00](#), [21/02](#), [10/04](#), [46/07](#), [76/07](#), [106/07](#), [117/07](#), [124/07](#), [148/07](#), [53/08](#), [71/08](#), [138/08](#), [69/09](#), [119/09](#), [01/10](#), [124/10](#), [75/11](#) e [10/14](#)):

- a) o benefício somente se aplica se a operação for contemplada com isenção ou alíquota reduzida a 0 (zero) do IPI;
- b) fica assegurado o aproveitamento integral dos créditos do imposto;
- c) o benefício previsto neste inciso somente se aplica aos produtos relacionados nos itens 14, 15, 16 e 17 da Seção [XIII](#) do Anexo 1, quando destinados a fabricação de torres para suporte de gerador de energia eólica (Convênio ICMS [11/11](#));

IV e Da Conclusão:

Ante o exposto, somos do parecer pelo DEFERIMENTO do pleito do contribuinte para possibilitar através deste Regime especial proceder à operação de montagem industrial para AEROGERAADORES e GERADORES FOTOVOLTAICOS e suspensão do ICMS nas remessas das matérias-primas e produtos intermediários destinados a industrialização fora do estabelecimento (no local da utilização do produto), fato gerador do ICMS no momento em que a operação industrial estiver concluída.

**Documento emitido pelo Sistema de Administração Tributária – S@T, após a autorização eletrônica do Despacho Concessório. Uma cópia deste documento ficou armazenada no Sistema SAT.**

----O estado atual deste Tratamento Tributário Diferenciado pode ser consultado em [www.sef.sc.gov.br](http://www.sef.sc.gov.br)----